

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 10/2013**

Período: 06/04/2013 – 12/04/2013

**GEDES – Brasil**

- 1- Comissão Nacional da Verdade reconstituirá mortes de opositores do regime militar
- 2- Migração de oficiais das Forças Armadas para o setor privado preocupa
- 3- Cientista Político defende que a Comissão Nacional da Verdade investigue delitos de militares e opositores do regime
- 4- Após acusações, FIFA quer destituição de Marin do comando do COL
- 5- Agentes de Inteligência apontam “militarização” da ABIN
- 6- Embraer vendeu aviões de ataque leve para Guatemala e Senegal
- 7- STJ analisará ação do Ministério Público Federal contra coronel Ustra
- 8- Exumação de restos mortais de militante da ALN pode gerar ação criminal contra militares
- 9- Pacote de incentivos econômicos beneficiará setor de defesa
- 10- Brasil negocia compra de 34 tanques Gepard 1A2 do Exército Alemão
- 11- Governo Federal está utilizando jato da FAB em campanha por uma vaga na diretoria da OMC

1- Comissão Nacional da Verdade reconstituirá mortes de opositores do regime militar

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) irá reconstituir pelo menos oito mortes de opositores do regime militar (1964-1985) ocorridas durante o período, com o intuito de desmontar versões oficiais de suicídio ou resistência armada. Para isso, serão utilizadas técnicas atuais de perícia, operadas por especialistas contratados pela CNV, que testarão as versões contidas nos laudos produzidos na época pelos militares. Se forem comprovadas as discrepâncias, a CNV poderá pedir à Justiça a alteração das certidões de óbito, a exemplo do que ocorreu com as certidões de João Batista Drummond e Vladimir Herzog. De acordo com a *Folha*, um dos casos a ser reconstituído será o do integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Arnaldo Cardoso Rocha, morto em 1973. A versão oficial é que Rocha teria reagido com tiros quando policiais lhe deram voz de prisão na cidade de São Paulo, afirmação contestada com base no relato de uma testemunha e na interpretação do laudo necroscópico. Outra investigação em curso relaciona-se à morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek em agosto de 1976. A versão oficial foi a de acidente automobilístico, porém houve suspeitas de que o motorista de Kubitschek foi alvejado com o carro em movimento, o que causou o acidente. (Folha de S. Paulo – Poder – 06/04/13)

2- Migração de oficiais das Forças Armadas para o setor privado preocupa

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, as Forças Armadas estão enfrentando um êxodo sem precedentes em seus quadros. Em busca de oportunidades de crescimento profissional e de melhores salários na iniciativa privada e no funcionalismo público civil, a elite dos oficiais formados nas

escolas das três forças – Marinha, Exército e Aeronáutica – tem abandonado a carreira militar em quantidades preocupantes, em um momento no qual o Brasil começa a priorizar a questão da defesa de fronteiras e dos recursos naturais. Segundo o *Correio*, a evasão de militares para a iniciativa privada causa prejuízo financeiro para o Estado e, por essa razão, o oficial que se retira da carreira militar tem a obrigação de pagar uma indenização inversamente proporcional ao tempo em que permaneceu no exercício da função. Existem empresas privadas que, no entanto, assumem o valor da multa para contratar esses especialistas. De acordo com o jornal, a defasagem salarial em relação à iniciativa privada é a principal causa da renúncia. Outro motivo é a lentidão ao galgar as patentes na carreira militar, desmotivando os militares mais jovens. Tal fato se agrava entre os militares das chamadas áreas-meio – pilotos, médicos e engenheiros – no que tange à ascensão aos postos de oficiais-generais e à falta de valorização do especialista. O engenheiro formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) André Gustavo de Albuquerque abandonou o posto de primeiro-tenente para buscar melhores oportunidades no setor privado logo que se formou, alegando não ser valorizado pelas Forças Armadas. Albuquerque afirmou que “além de enfrentar a pressão de ser obrigado a mudar para outras cidades à revelia, o salário baixo era uma realidade que afugenta. Sem falar que a chance de se chegar a general é praticamente nula para um engenheiro”. De acordo com o jornal, o governo federal tenta conter a evasão de militares formados em centros de excelência através da realização de estudos de melhoria no plano de carreira das Forças Armadas, além do reajuste de 30% concedido em 2012, dividido em três parcelas até 2015, aos militares das três Forças. A estratégia principal do governo, porém, estaria no investimento em centros de excelência das Forças Armadas. Sobre o assunto, em coluna opinativa, o jornalista Carlos Alexandre afirmou que a evasão de oficiais dos quadros de militares revela um grave problema do funcionalismo público e demonstra “a fragilidade das ambições do governo brasileiro em exercer um papel relevante na comunidade internacional”. Além disso, Alexandre destacou que outra preocupação dos oficiais relaciona-se à influência política como fator determinante na escolha das patentes mais altas das Forças Armadas, muitas vezes acima do mérito dos servidores. Segundo o jornalista, “nas distorções da administração pública federal”, os militares estão entre as categorias mais penalizadas e os problemas se estendem ao tratar o maquinário obsoleto. Alexandre defendeu que para alcançar a almejada ascensão do país na comunidade internacional, são necessários grandes investimentos na formação e na retenção de oficiais nos postos das Forças Armadas, além da modernização de seus equipamentos. (Correio Braziliense – Política – 07/04/13; Correio Braziliense – Opinião – 09/04/13)

### 3- Cientista Político defende que a Comissão Nacional da Verdade investigue delitos de militares e opositores do regime

Conforme publicado em coluna opinativa do periódico *O Estado de S. Paulo*, o Professor Doutor Eliézer Rizzo de Oliveira, cientista político, afirmou que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) afastou-se de sua obrigação legal ao adotar a Resolução n.º 2, de 20/08/12, a qual concentra suas investigações de modo exclusivo em "graves violações de direitos humanos praticadas [...] por

agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado". Para o cientista político, a consequência disso é a sobreposição da vontade política da CNV em relação à vontade política do governo federal e do Poder Legislativo, sendo tal autonomia questionável uma vez que a recente ampliação do número de assessores da Comissão só foi possível através de decreto presidencial. Segundo Oliveira, essa obrigação legal na qual a Comissão deve se pautar reside na finalidade geral da Lei n.º 12.528, de 18/11/11, em que não se restringem os sujeitos e as organizações a serem investigados, havendo restrição somente no âmbito temporal – entre as datas de promulgação das Constituições de 1946 e 1988. Desse modo, Oliveira defendeu que a CNV é obrigada a investigar os delitos contra os direitos humanos cometidos tanto por agentes públicos quanto por atores da sociedade que combateram o regime militar (1964-1985) e, somente dessa maneira, será possível elaborar um "relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações", conforme disposto no artigo n.º 11 da Lei n.º 12.528, sendo para isso "indispensável abrir todos os arquivos, convocar pessoas de todos os espectros a fim de contribuir para o esclarecimento da violência política." De acordo com Oliveira, a inflexão exposta pela Resolução n.º 2, em relação à finalidade da CNV, é justificada por dois argumentos frágeis: 1) nenhuma comissão de semelhante natureza teria investigado os dois lados – fato contestado pelo professor ao citar o Relatório Rettig, formulado pela comissão chilena, além de citar casos semelhantes na África do Sul, no Peme e na Guatemala; 2) delitos cometidos pelas esquerdas são conhecidos e seus autores já foram punidos não sendo passíveis, portanto, de investigação – algo parcialmente verdadeiro, segundo o cientista político, pelo fato de que "muitos foram julgados, punidos e anistiados", não sendo, todavia, os seus atos "do domínio histórico e público". Segundo Oliveira, a CNV adota uma investigação de caráter unidirecional e ilegal, atribuindo este fato à motivação política que consiste na "perspectiva de revisão da anistia, objetivo estratégico do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), com o propósito de julgar e punir agentes públicos da repressão." Desse modo, a Lei da Anistia (1979) seria invalidada nos termos da Justiça de Transição e de sentenças judiciais internacionais. De acordo com Oliveira, isso se trata de "refundar o Estado Democrático de Direito". (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 08/04/13)

#### 4- Após acusações, FIFA quer destituição de Marin do comando do COL

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) revelou a intenção de destituir José Maria Marin da presidência do Comitê Organizador Local (COL), órgão responsável por organizar a Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Segundo o presidente da FIFA, Joseph Blatter, o motivo seria o desgaste na imagem de Marin, que também é presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), diante da oposição do deputado federal Romário de Souza Faria, que entregou um documento com milhares de assinaturas pedindo a saída do atual presidente do COL e da CBF. O documento evidencia a ligação entre Marin e o regime militar (1964-1985). De acordo com a *Folha*, a mudança agradaria ao governo pelo fato da presidenta da República, Dilma Rousseff, não tolerar que um dirigente acusado de ter se envolvido com o regime militar trabalhe com o governo atual na organização da

Copa do Mundo de 2014. O jornal informou que a decisão de destituir Marin do COL já estaria tomada pela FIFA e o governo já foi informado sobre o fato há duas semanas. (Folha de S. Paulo – Esporte – 09/04/13)

#### 5- Agentes de Inteligência apontam “militarização” da ABIN

Conforme publicado no periódico *O Estado de S. Paulo*, oficiais da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) afirmaram haver uma “militarização” da Agência, que está sob o comando do general-de-exército José Elito Carvalho Siqueira. Essa afirmação se deve à característica e à prioridade atribuída a uma ação da Abin, mobilizada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), revelada após a divulgação de um documento sigiloso no qual o órgão tinha como objetivo monitorar agentes portuários e sindicatos que se opuseram à Medida Provisória 595, comumente chamada de MP dos Portos. Em tal medida, o governo permite a concessão dos portos brasileiros à iniciativa privada. Segundo os agentes, tal fato constitui um “sintoma” dessa “militarização”. Além disso, grande parte das superintendências da Agência é atualmente chefiada por R-2 – jargão interno utilizado pelos oficiais de inteligência para designar militares que exerceram funções nos serviços de informação das Forças Armadas antes de serem incorporados à Abin – o que daria prioridade a uma “pauta ideológica”, devido ao acompanhamento prioritário de movimentos sociais e sindicais. No dia 11/04/13, *O Estado* destacou que o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, afirmou que o monitoramento dos trabalhadores portuários foi motivado por razões econômicas e não políticas, e que não é correto considerar o governo como uma ditadura que desfavorece movimentos sindicais. O periódico ainda afirmou que Siqueira deverá comparecer à Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional para prestar esclarecimentos sobre os monitoramentos da Abin. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/04/13; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/04/13*)

#### 6- Embraer vendeu aviões de ataque leve para Guatemala e Senegal

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) vendeu seis unidades do avião de ataque leve Super Tucano para a Guatemala e três para o Senegal. Deste modo, o número de países que possuem o avião brasileiro na América Latina subiu para seis. Segundo o presidente da Embraer Defesa e Segurança, Luiz Carlos Aguiar, a vitória na licitação para a venda dos Super Tucanos à Força Aérea estadunidense impulsionou o aumento das vendas. (Folha de S. Paulo – Mercado – 10/04/13)

#### 7- STJ analisará ação do Ministério Público Federal contra coronel Ustra

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) analisará, pela primeira vez, uma denúncia contra agentes do regime militar (1964-1985). O caso será levado à corte pelo Ministério Público Federal, que acusa o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Dirceu Gravina pelo desaparecimento do líder sindical Aluizio Palhano, em 1971. O argumento da Procuradoria é de que o desaparecimento de Palhano é um

sequestro que ainda não terminou, pois seu corpo nunca foi encontrado. Deste modo, o crime ultrapassa o período protegido pela Lei de Anistia (1979) e é passível de julgamento. (Folha de S. Paulo – Poder – 10/04/13)

8- Exumação de restos mortais de militante da ALN pode gerar ação criminal contra militares

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 09/04/13 foram exumados os restos mortais de Alex de Paula Xavier Pereira, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), supostamente morto por agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em 1972. O objetivo da exumação é coletar o DNA de sua ossada para comprovar sua identidade. Segundo o procurador da República Sérgio Suiama, a confirmação de que os restos mortais pertencem à Pereira poderá gerar uma ação criminal contra os responsáveis por sua morte. (Folha de S. Paulo – Poder – 10/04/13)

9- Pacote de incentivos econômicos beneficiará setor de defesa

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro lançou no dia 10/04/13 um pacote de incentivos econômicos que, entre outros setores, incluirá defesa, aeronáutica e a área espacial. Está prevista a criação de uma empresa mista, com participação privada e controle do Ministério da Defesa, para servir de *trading* nas compras e vendas externas do setor. De acordo com *O Estado*, o intuito do governo é dinamizar o segmento melhorando a mediação dos negócios. (*O Estado de S. Paulo – Economia - 10/04/13; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/04/13*)

10- Brasil negocia compra de 34 tanques Gepard 1A2 do Exército Alemão

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o Brasil está adquirindo do Exército alemão 34 tanques usados, modelo Gepard 1A2, para garantir a segurança dos grandes eventos sediados pelo país até 2016. Os tanques Gepard 1A2 foram modernizados com novos sistemas de radar e informática, o que prolongou sua vida útil até 2030, segundo o general Marcio Roland Heise, que pretende estar com toda tropa preparada e treinada para os eventos que começarão em junho de 2013. De acordo com o Ministério da Defesa, o acordo será finalizado nos próximos dias, e, portanto, os valores da aquisição ainda se encontram em aberto. (*Correios Braziliense – 12/04/13*)

11- Governo Federal está utilizando jato da FAB em campanha por uma vaga na diretoria da OMC

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro está usando todos os recursos possíveis para tentar eleger Roberto Azevedo para a diretoria geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). Dentre estes, fez uso de um jato da Força Aérea Brasileira (FAB) para que Azevedo viajasse à África e à América Central. Procurado pelo *Estado*, o Itamaraty confirmou as viagens, entretanto não disponibilizou o número exato de países visitados; já o Ministério da Defesa e a FAB não se manifestaram. Sobre os gastos com a

candidatura, o Itamaraty informou que os dados estão sob sigilo, por fazerem parte de uma estratégia de campanha, mas que serão revelados posteriormente. (O Estado de S. Paulo - 12/04/13)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br).

### **Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais).